

## CAPÍTULO 4

# ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS NO BRASIL



## INTRODUÇÃO

Embora tenha sido verificada uma queda na desigualdade social no Brasil desde meados da década de 1990, quando se analisam as pessoas, assim como as regiões geográficas, o país continua sendo caracterizado por marcadas disparidades. Dados de 2016, publicados pelo Relatório Global de Desenvolvimento Humano do PNUD, colocam o Brasil entre as dez nações, de um conjunto de 143 países, com maior índice de desigualdade social do mundo<sup>1</sup>.

Marcadores sociais como sexo, idade, raça, renda, nível de instrução e região do país diferenciam a população em grupos bem distintos. O pertencimento a um ou outro desses grupos afeta drasticamente as oportunidades e experiências que uma pessoa pode ter ao longo de sua vida no Brasil. Por exemplo, em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos brancos era 12,6% superior ao dos negros, e a renda das mulheres era 28% inferior a dos homens, mesmo apresentando níveis educacionais mais elevados<sup>2</sup>.

Essas desigualdades têm um peso decisivo na distribuição da prática de atividades físicas e esportivas (AFEs) na população do Brasil. Os marcadores sociais, da mesma forma que condicionam outras dimensões da vida da população, afetam o envolvimento com essas práticas.

Nesse contexto, cabe questionar: Como diferentes variáveis sociais condicionam a prática de AFEs no Brasil? Quais caminhos podem ser trilhados para explicar esse fenômeno? Os dados e as informações resultantes do Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2015 sobre a prática de esporte e atividade física produzido pelo IBGE e publicado em 2017<sup>3</sup> serão a base a reflexão deste capítulo. Contudo, também serão mobilizadas informações de outras duas pesquisas em que foram coletados dados vinculados com as AFEs: Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)<sup>4</sup>, de 2013, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE)<sup>5</sup>, de 2015.

## AS DIFICULDADES DE DEFINIR QUEM PRÁTICA E QUEM NÃO PRÁTICA AFES

Quando se busca objetivar qual é a proporção da população que pratica AFES, enfrenta-se um impasse. As pesquisas nesse campo utilizam diferentes parâmetros para classificar uma pessoa como praticante ou não praticante de AFES, vinculados à frequência de prática (uma vez por mês, uma vez por semana, duas vezes por semana), período de referência (considerando-se a última semana, os últimos 30 dias, os últimos três meses, o último ano) e a quantidade de tempo dedicado à atividade (20 minutos, 40 minutos, uma hora)<sup>6</sup>. Essa dificuldade é ilustrada pela discussão sobre a participação esportiva na União Europeia comparando como são diferentes os resultados sobre o nível de participação esportiva da população europeia, dependendo do critério temporal utilizado para incluir ou excluir as pessoas entrevistadas no grupo dos praticantes (Gráfico 4.1).

Nesse sentido, uma leitura similar pode ser realizada sobre o percentual de pessoas adultas

praticantes (maiores de 18 anos) no Brasil segundo diferentes critérios de frequência e de tempo de prática, a partir das perguntas da Pesquisa Nacional de Saúde 2013. O Gráfico 4.2 mostra como varia o percentual da população praticante de AFES dependendo do critério utilizado na sua definição.

Uma revisão de relatórios sobre o tema permite constatar que os critérios temporais utilizados para parametrizar a prática de AFES pela população são dos mais variados. Esse fato gera a necessidade de uma leitura cautelosa dos resultados que descrevem o envolvimento da população com essa prática.

Outra dificuldade derivada do uso de parâmetros temporais diferentes vincula-se às evidentes limitações para comparar os estudos e suas respectivas interpretações. Nessa linha, há alguns anos, particularmente em países europeus, busca-se o desenvolvimento de metodologias e instrumentos de pesquisa que permitam

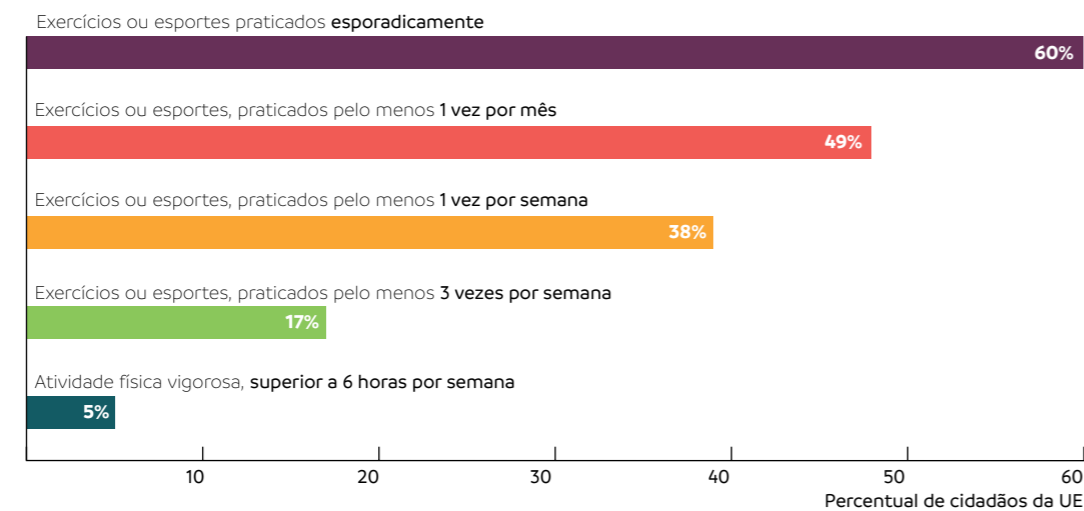
a comparação de resultados entre países dessa região do mundo<sup>7</sup>. No Brasil, por exemplo, a Pesquisa Nacional de Saúde 2013 passou a usar, no que refere às AFES, as mesmas perguntas da pesquisa Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) do Ministério da Saúde<sup>8</sup>. Não foi o caso da PNAD 2015, que desenvolveu uma pesquisa com seus próprios parâmetros, o que não permite uma comparação direta com os resultados dos outros levantamentos.

Quando se utilizam as informações do suplemento da PNAD 2015 sobre a prática de esporte e atividade física, deve ficar claro que, para essa pesquisa, a prática desenvolvida pelo entrevistado foi classificada como esporte ou atividade física de acordo com o entendimento da própria pessoa. Nesse sentido, o caderno orientador do pesquisador para desenvolver a entrevista enfatiza: “[...] o entrevistador não deve definir para a pessoa o que entende por

esporte e atividade física, mas esclarecer que a pesquisa vai investigar a prática de esporte e, depois, de atividade física, ambas realizadas no tempo livre”. Ou seja, foram realizadas duas perguntas sucessivas e independentes em relação à prática de AFES.

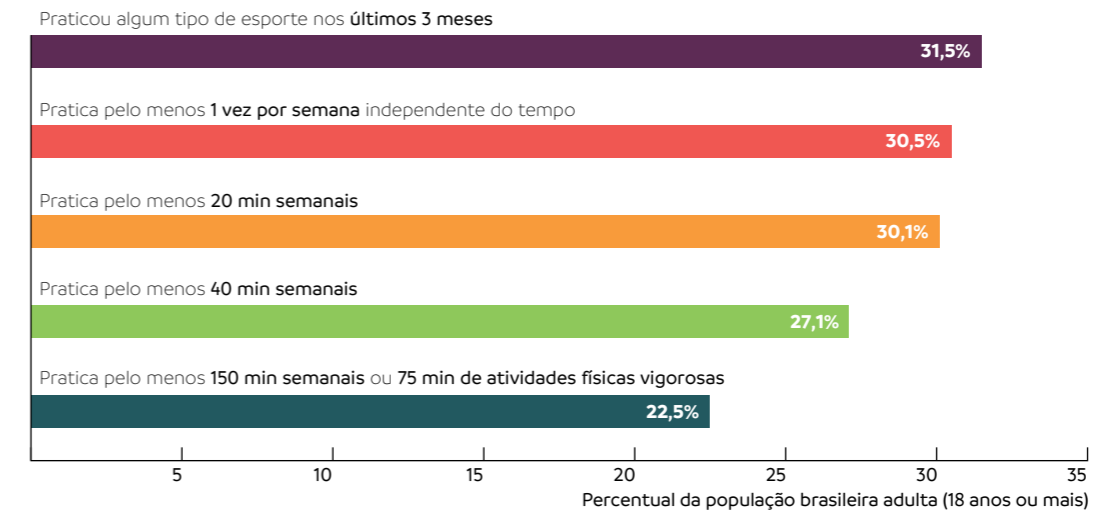
Nesse contexto, os resultados da pesquisa, quando apresentam os dados de esporte e de atividade física, não conseguem diferenciar com precisão a proporção de pessoas que se envolvem com uma ou outra prática segundo os conceitos discutidos no capítulo 3. Por exemplo, uma proporção importante de pessoas afirmou ter praticado esporte e, quando indagada sobre qual era a modalidade, responderam “caminhada”. Outras, por outro lado, responderam não praticar esporte, mas sim atividade física; contudo, quando indagadas sobre o tipo de prática, a resposta foi também “caminhada”. O futebol é outro exemplo. A modalidade é tanto mencionada como esporte quanto como atividade física.

**GRÁFICO 4.1** Percentual da população da União Europeia envolvida em práticas esportivas segundo diferentes critérios de frequência ou tempo de prática



Fonte: Elaboração própria com base em Bottenburg, Rijnen e Sterkenburg (2005).

**GRÁFICO 4.2** Percentual da população brasileira adulta (18 anos ou mais) envolvida com AFES segundo diferentes critérios de frequência e tempo de prática



Fonte: Elaboração própria com base na PNS 2013 (IBGE, 2014).



©PNUD Brasil

## INIQUIDADE DA PRÁTICA DE AFES NO BRASIL

Dessa forma, para poder responder a perguntas sobre a proporção de pessoas que praticam AFES no Brasil, o IBGE precisou combinar as respostas de perguntas realizadas separadamente e convertê-las em um único indicador “esporte ou atividade física”. Assim, os resultados dessa pesquisa têm que ser avaliados a partir dos parâmetros específicos de sua elaboração, de modo que não sejam feitas análises e/ou comparações incompatíveis com suas características.

Em relação ao parâmetro temporal, vale dizer que as perguntas do Suplemento da PNAD utilizaram como referência “um ano”<sup>9</sup>. Outras pesquisas realizadas no Brasil têm utilizado períodos menores: “três meses” nos casos da PNS<sup>10</sup> e Vigitel<sup>11</sup>, e a “semana anterior” ao inquérito no caso da PeNSE<sup>12</sup>. Em nível internacional, o relatório do Eurobarometer 2013<sup>13</sup>, não utiliza um período específico e indaga as pessoas sobre a prática no momento da entrevista; já o Sport England 2005<sup>14</sup> utiliza um mês.

Assim, é importante salientar que os dados coletados pela PNAD 2015<sup>15</sup> permitem incluir entre os praticantes, pessoas que tenham realizado algum tipo de prática esportiva ou de atividade física no período de referência de 365 dias, ainda que a mesma tenha sido eventual (por exemplo, apenas uma vez no período de um ano). Isso pode superestimar o conjunto dos praticantes, especialmente se são considerados parâmetros mais estritos (como o das outras pesquisas mencionadas) do que se considera uma pessoa praticante.

Na análise a seguir, serão citadas diferentes pesquisas, as quais utilizaram critérios distintos para produzir os dados, o que explica a diferença entre algumas informações apresentadas. Os percentuais foram convertidos em índices, a fim de marcar a iniquidade da prática de AFES no Brasil de diferentes grupos sociais.

Este Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano alerta para a necessidade de fornecer suporte para iniciativas orientadas a promover uma maior equidade no setor das AFES. Isso inclui auxiliar todos os envolvidos em propiciar o acesso às atividades físicas e esportivas a obter uma melhor compreensão do nível de desigualdade que caracteriza a prática das AFES de jovens e pessoas adultas no Brasil, bem como fornecer ferramentas que possam ajudar a formular políticas pertinentes e alinhadas ao desenvolvimento humano nesse campo.

O Índice de Iniquidade da Prática de AFES aqui proposto tem como base a proposta do Sport England<sup>16</sup> – órgão do governo da Inglaterra que se ocupa do esporte de participação. A análise baseia-se em diferentes pesquisas realizadas no Brasil em relação ao tema e nos marcadores sociais sexo, cor ou raça<sup>17</sup>, idade, deficiência, nível de instrução e rendimento mensal domiciliar *per capita*.

As taxas de participação foram convertidas em índices que revelam a proporção de praticantes de AFES de diferentes grupos sociais em comparação com o percentual da população como um todo, representada com o valor 100<sup>18</sup>. Os índices informam quais grupos na população têm um percentual de participação acima da taxa média e quais participam abaixo da média, e, portanto, quais grupos precisam de maior atenção para aumentar a possibilidade de praticar AFES.

Os índices também fornecem indicações sobre o grau de dificuldade experimentado por

certos setores da população para praticar AFES, bem como o quanto é preciso avançar no combate às desigualdades presentes nesse campo. Por outro lado, é importante destacar que o fato de um grupo estar acima da média não significa que está tudo resolvido, já que a média da participação é menor que a que se espera para um país ativo. O índice apenas explicita as diferenças de envolvimento de diferentes setores da população a fim de ajudar na tomada de decisão em relação às prioridades no setor.

### PESSOAS ADULTAS

Tomando como parâmetro os dados da PNAD 2015, temos que o percentual de brasileiros de 15 anos ou mais que praticou esportes ou atividades físicas no ano de referência da pesquisa<sup>19</sup> foi de 37,9%. A mesma pesquisa ainda permite afirmar que a proporção da população que praticou AFES no mínimo uma vez por semana, durante pelo menos seis meses no ano de referência foi de 25,3%.

No entanto, é importante notar que o percentual de praticantes muda substancialmente quando considerados diferentes grupos da população brasileira recortados com base nos marcadores sociais. A Tabela 4.1 evidencia que as diferenças de acesso às AFES estão fortemente atreladas às desigualdades que caracterizam o Brasil.

TABELA 4.1

**Pessoas adultas (15 anos ou mais) que praticaram AFEs no período de referência de 365 dias – Grupos globais. Proporção de praticantes comparada com a média da população (37,9%)**

Grupo	Índice de Iniquidade (2015)
Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> de 5 salários mínimos ou mais	171
Ensino Superior Completo	150
15 a 17 anos	142
Ensino Superior Incompleto	136
18 a 24 anos	123
Ensino Médio Completo	113
Homens	113
25 a 39 anos	109
População Branca	106
Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> de mais de 1 até 2 salários mínimos	104
Sem deficiência	102
<b>Norma (Média) Todas as pessoas adultas (37,9%)</b>	<b>100</b>
Ensino Fundamental Completo	97
População Negra	94
Mulheres	88
40 a 59 anos	88
Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> de menos de ½ salário mínimo	83
Ensino Fundamental Incompleto	75
60 anos ou mais	73
Com deficiência	49
Sem instrução	46

Fonte: Elaboração própria com base na PNS 2013 e PNAD 2015 (IBGE, 2014 e IBGE, 2017).

A Tabela 4.1 indica que o grupo com o maior índice de prática de AFEs no período de referência (365 dias) foi o constituído pelas pessoas que têm rendimento mensal domiciliar *per capita* superior a cinco salários mínimos. Isso significa que esse segmento tem um envolvimento 71% superior com a prática de AFEs do que a população total com mais de 15 anos.

O índice apresentado na referida tabela também demonstra, entre outros aspectos, que:

- Existe uma marcada associação entre o rendimento mensal domiciliar *per capita* e a prática de AFEs. A proporção de pessoas localizadas no estrato social com maior rendimento domiciliar *per capita* dobra quando comparada com a proporção de praticantes localizados no estrato inferior de renda.
- Pessoas com alguma deficiência (intelectual, física, visual ou auditiva) têm um índice de 49 contra 102 daqueles que declararam não ter deficiências ou estas não serem limitantes de suas atividades habituais<sup>20</sup>. Entre as pessoas com deficiência, são aquelas com deficiência intelectual (10,3%) e física (10,5%) as que menos praticam AFEs.
- Homens têm um índice de prática de 113 enquanto as mulheres de 88. Dessa forma, apenas por pertencer a um ou outro grupo, a probabilidade de uma pessoa praticar AFEs difere em 28,4%<sup>21</sup>, a favor do grupo masculino.
- A parcela de praticantes cresce de forma consistente na medida em que o grau educacional é maior. Proporcionalmente, o segmento mais escolarizado tem um envol-

vimento com as AFEs 3,31 vezes maior do que o menos escolarizado.

- O percentual de praticantes de AFEs decresce segundo a idade. Os mais novos têm um envolvimento 42% superior à taxa da população considerada (142), enquanto entre as pessoas com 60 anos ou mais a proporção é 27% menor que a média (73). Isso significa que a proporção de pessoas mais jovens praticantes de AFEs é quase o dobro das pessoas mais idosas.
- Entre a população branca a proporção que pratica AFEs é 6% maior do que da taxa da população (106), ao passo que entre a população negra o percentual é 6% menor (94).
- Entre os grupos com menor proporção de praticantes de AFEs encontram-se o das pessoas adultas sem instrução (46), com deficiência (49) e idosos (73).

Os dados possibilitam afirmar que a estrutura social do Brasil – de modo semelhante ao que acontece em outros países<sup>22</sup>, porém mais acentuado pelo nível de desigualdade existente – imprime uma dinâmica de funcionamento à vida das pessoas que leva a indivíduos localizados nos estratos socioeconômicos superiores a incluírem a prática de AFEs em seus estilos de vida em maior proporção que aqueles que se encontram em estratos inferiores. Essa relação está vinculada a diferentes fatores e, entre os mais importantes, destacam-se o tempo livre, o capital econômico e o capital cultural<sup>23</sup>.

É importante mencionar que as diferenças se ampliam entre os grupos na medida em que

#### CAIXA 4.1

##### Outras Pesquisas Nacionais

Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013 permitem estimar que a prática de AFEs, pelo menos uma vez por semana, da população de 18 anos ou mais de idade, alcançava na época 30,5%.

Os microdados da pesquisa Vigitel, realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, permitem aferir que, no conjunto das 27 capitais, a frequência da prática de AFEs, pelo menos uma vez por semana, no ano de 2014, foi de 47,9%.

Por outro lado, o Ministério do Esporte desenvolveu sobre o tema outra pesquisa no ano de 2013. O denominado Diagnóstico do Esporte (Diesporte) estimou que a proporção de população que praticava AFEs, pelo menos uma vez por semana, era de 44,4%.

Fonte: BRASIL, 2015; BRASIL, 2016; IBGE, 2014.

#### CAIXA 4.2

##### E em outros países?

Uma pesquisa desenvolvida na Comunidade Europeia em 2013 – Eurobarometer, 2013 – constatou que 41% dos europeus praticam esportes pelo menos uma vez por semana. No entanto, também verificou uma marcada diferença entre os 28 países da comunidade, com destaque para o alto percentual de praticantes nos países nórdicos.

De um modo geral, os cidadãos da parte norte da União Europeia são os que mais praticam AFEs. A proporção de pessoas que praticam esporte, pelo menos uma vez por semana, é de 70% na Suécia, 68% na Dinamarca, 66% na Finlândia, 58% nos Países Baixos e 54% em Luxemburgo. Os níveis mais baixos de participação estão agrupados nos países do Sul do continente. Na Bulgária (78%), Malta (75%), Portugal (64%), Roménia (60%) e Itália (60%), a maioria dos inquiridos afirmaram que nunca se exercitam ou praticam esporte.

Fonte: DIRECTORATE-GENERAL FOR EDUCATION AND CULTURE, 2014.

os critérios de inclusão na categoria praticantes tornam-se mais exigentes. Dessa forma, se fosse considerado o parâmetro da Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>24</sup>, que no ano de 2010 estabeleceu recomendações sobre os níveis mínimos de atividade física, particularmente para as “atividades físicas de lazer”, o percentual da população que pratica AFEs cairia para 22,5%<sup>25</sup> e a diferença relativa de envolvimento de homens e mulheres aumentaria de 28% para 47,2%. Quer dizer, com critérios mais exigentes de inclusão, a média da população que pratica AFEs diminui, mas essa diminuição não é equitativa em todos os segmentos. Ao considerar esses critérios, tomando como base a PNS 2013 a participação das mulheres ficaria em 18,4%, enquanto a dos homens em 27,1%, ampliando a inequidade entre os grupos. O mesmo vale para os demais marcadores sociais.

O Índice de Iniquidade pode ser desdobrado ainda mais para explorar segmentos dentro de cada um dos grupos anteriormente examinados, analisando a combinação dos diferentes marcadores sociais.

**homens jovens estão entre os que mais praticam AFEs. Apenas os grupos masculinos na faixa de rendimento mensal domiciliar per capita de meio a um salário mínimo ou com 40 anos ou mais de idade ficam abaixo da taxa média da população**

A Tabela 4.2 mostra que, quando os marcadores sociais são combinados, o grupo que reúne as pessoas mais jovens e localizadas nos estratos de maior rendimento mensal domiciliar per capita (cinco ou mais salários mínimos) é o que tem maior proporção de praticantes de AFEs no período de referência. Entre os 15 e 17 anos de idade, o percentual de praticantes de AFEs, nos setores com maiores rendimentos, foi 106% superior à taxa média da população. De fato, todas as combinações que consideram cinco ou mais salários mínimos de rendimento mensal domiciliar per capita localizaram-se bem acima da taxa média da população, independentemente da idade, do sexo ou da raça. Apenas no caso das pessoas com deficiência isso não ocorre (82); por outro lado, esse grupo tem uma taxa de prática bem acima das pessoas com deficiência localizadas nos setores de menor rendimento (49).

A mesma tabela também evidencia que:

- Homens jovens estão entre os que mais praticam AFEs. Apenas os grupos masculinos na faixa de rendimento mensal domiciliar per capita de meio a um salário mínimo, com 40 anos ou mais de idade ficam ou sem instrução abaixo da taxa média da população.
- Mulheres classificadas nos estratos de rendimento mensal domiciliar per capita mais elevados (dois ou mais salários mínimos) tiveram uma proporção bem mais elevada de praticantes de AFEs que a média da população (mais de 21%, chegando a 68% no grupo que tem rendimento mensal de cinco ou mais salários mínimos), inclusive acima de homens com rendimento mensal domiciliar per capita menores (dois salários mínimos ou menos). Todavia, a maioria dos subgrupos de mulheres considerados encontra-se abaixo do índice médio da população (13 dos 17

TABELA 4.2

**Pessoas adultas (15 anos ou mais) que praticaram AFEs no período de referência de 365 dias. Grupos com marcadores sociais combinados. Proporção de praticantes comparada com a média da população (37,9%)**

Grupo	Índice de iniquidade (2015)		
Entre 15 e 17 anos com renda domiciliar per capita de 5 salários mínimos ou mais	206	Entre 18 e 24 anos com renda domiciliar per capita sem rendimento a menos de ½ salário mínimo	109
Entre 18 e 24 anos com renda domiciliar per capita de 5 salários mínimos ou mais	186	Homens com renda domiciliar per capita sem rendimento até ½ salário mínimo	101
Entre 25 e 39 anos com renda domiciliar per capita de 5 salários mínimos ou mais	186	<b>Norma (média)</b>	
Homens entre 15 e 17 anos	182	<b>Todas as pessoas adultas (37,9%)</b>	<b>100</b>
Homens com renda domiciliar per capita de 5 salários mínimos ou mais	175	Mulheres com ensino médio completo	97
Entre 40 e 59 anos com renda domiciliar per capita de 5 salários mínimos ou mais	170	Homens com renda domiciliar per capita de ½ a 1 salário mínimo	97
Mulheres com renda domiciliar per capita de 5 salários mínimos ou mais	168	Mulheres entre 15 e 17 anos	97
Homens com ensino superior completo	162	Mulheres brancas	97
Homens entre 18 e 24 anos	159	Mulheres entre 25 e 39 anos	94
Homens com renda domiciliar per capita de 3 a de 5 salários mínimos	151	Mulheres com renda domiciliar per capita de 1 a 2 salários mínimos	93
60 Anos ou mais com renda domiciliar per capita de 5 salários mínimos ou mais	150	Mulheres entre 40 e 59 anos	91
Mulheres com ensino superior completo	141	Mulheres entre 18 e 24 anos	87
Mulheres com renda domiciliar per capita de 3 a de 5 salários mínimos	140	Homens entre 40 e 59 anos	85
Homens com renda domiciliar per capita de 2 a 3 salários mínimos	136	Com deficiência com renda domiciliar per capita de 5 salários mínimos ou mais	82
Entre 15 e 17 anos com renda domiciliar per capita sem rendimento a menos de ½ salário mínimo	136	Mulheres com ensino fundamental completo	80
Homens com ensino médio completo	132	Entre 25 e 39 anos com renda domiciliar per capita sem rendimento a menos de ½ salário mínimo	80
Homens entre 25 e 39 anos	124	Mulheres negras	79
Mulheres com renda domiciliar per capita de 2 a 3 salários mínimos	121	Mulheres com renda domiciliar per capita de ½ a 1 salário mínimo	74
Homens com renda domiciliar per capita de 1 a 2 salários mínimos	116	Mulheres com 60 anos ou mais	74
Homens brancos	116	Homens com 60 anos ou mais	72
Homens com ensino fundamental completo	112	Mulheres com renda domiciliar per capita sem rendimento até ½ salário mínimo	68
Homens negros	110	Entre 40 e 59 anos com renda domiciliar per capita sem rendimento a menos de ½ salário mínimo	63
		60 Anos ou mais com renda domiciliar per capita sem rendimento a menos de ½ salário mínimo	52
		Com deficiência com renda domiciliar per capita sem rendimento até a menos de ½ salário mínimo	49
		Homens sem instrução	48
		Mulheres sem instrução	43

Fonte: Elaboração própria com base na PNS 2013 e PNAD 2015 (IBGE, 2014 e IBGE, 2017).

subgrupos), proporção inversa aos subgrupos de homens (4 dos 17).

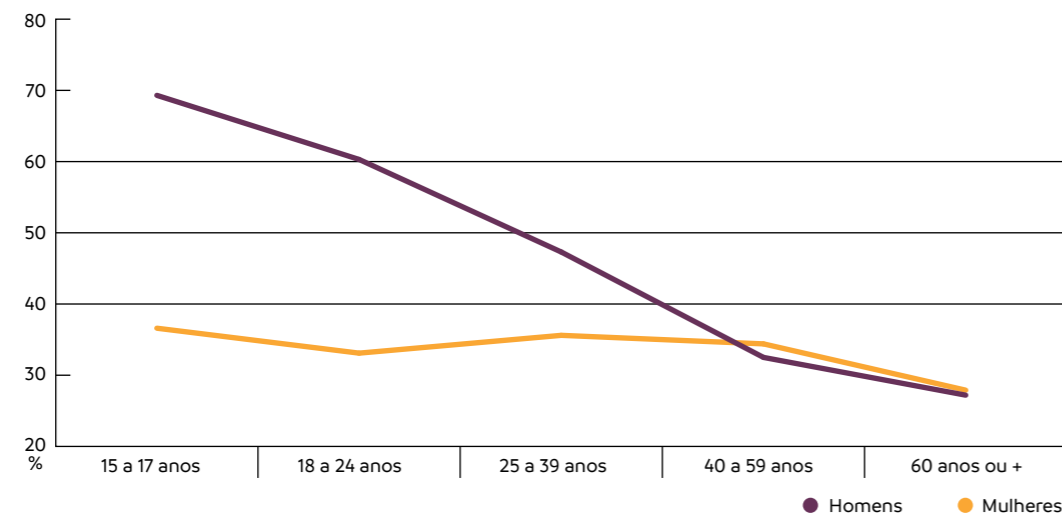
- Mulheres brancas têm uma taxa de prática de AFEs (97) muito próxima ao do conjunto da população, enquanto a das mulheres negras é 21% menor (79).
- Os grupos que têm menor percentual de praticantes de AFEs são os de baixo nível de instrução (independentemente do sexo), os de menor rendimento e de idade mais avançada.

Um destaque importante nesses dados é a variação na proporção de homens e mulheres que praticam AFEs nas faixas etárias consideradas. O Gráfico 4.3 explicita que a diferença no percentual de homens e mulheres envolvidos com AFEs se dá quando mais jovens. Ao avançar a idade, particularmente na faixa compreendida entre os 41 e 59 anos, a diferença desaparece, dada a marcada diminuição na proporção de praticantes homens (um em cada dois). Diferentemente, a proporção de mulheres praticantes

diminui bem menos, quando consideradas as mesmas faixas etárias (uma em cada quinze).

Destaca-se também a variação na proporção de praticantes quando se consideram as faixas de rendimento mensal domiciliar *per capita*. O Gráfico 4.4 apresenta o resultado de apenas dois grupos: (a) sem rendimento a menos de meio salário mínimo, e (b) cinco salários mínimos ou mais. A proporção de praticantes do grupo de cinco ou mais salários mínimos situa-se acima da média da população em todas as faixas etárias, ainda que apresente oscilações, mas com diminuição menos acentuada que em outros setores sociais. Considerando apenas as faixas dos extremos (15 a 17 anos e 60 anos ou mais), a diminuição na proporção de praticantes é de uma a cada quatro pessoas. Por sua vez, o grupo classificado na faixa da população sem rendimento a menos de meio salário mínimo, apresenta uma proporção de praticantes acima da média da população apenas entre os dois grupos mais jovens (50,6% entre 15 a 17 anos, e 41,4% entre 18 e 24 anos), e o envolvimento

**GRÁFICO 4.3** Proporção de praticantes de AFEs segundo a idade e sexo, no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD (2015).

“ os dados da PeNSE (2015) permitem estimar que 65,7% dos adolescentes brasileiros que frequentam o 9º ano do Ensino Fundamental, com idades entre 13 e 16 anos, praticam AFEs pelo menos um dia na semana

com a AFEs nas faixas de idade mais avançadas diminui de forma acentuada. Usando o mesmo parâmetro para o grupo de maior rendimento e considerando apenas as faixas extremas de idade (15 a 17 anos e 60 anos ou mais), a diminuição é um pouco maior, de duas a cada três pessoas.

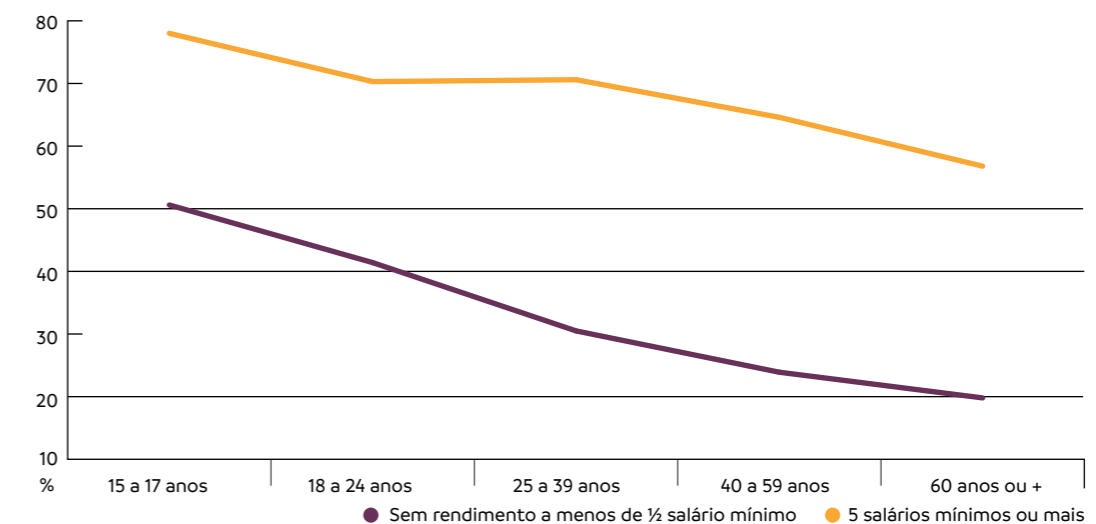
### JOVENS ESCOLARES

Os dados da PeNSE 2015 permitem estimar que 65,7% dos adolescentes brasileiros que frequentam o 9º ano do Ensino Fundamental, com idades entre 13 e 16 anos, praticam AFEs pelo menos um dia na semana. Diferentemente da pesquisa considerada na análise com as pessoas adultas, o parâmetro utilizado é o relato sobre o realizado na semana anterior ao momento de responder o questionário<sup>26</sup>.

Além das variáveis demográficas sexo e faixa etária (13, 14; 15; 16 anos), foram estudados como marcadores de nível socioeconômico a escolaridade materna (Ensino Fundamental

Incompleto; Ensino Médio Incompleto; Superior Incompleto e Superior Completo) e escore de bens e serviço (EBS) (categorizado em quintos da distribuição observada na amostra estudada). Compuseram o escore os seguintes itens: posse de televisão, geladeira, fogão, micro-ondas, máquina de lavar, telefone fixo, telefone celular, aparelho de DVD, computador, automóvel, presença de banheiro dentro de casa e presença de empregada doméstica em cinco dias ou mais por semana<sup>27</sup>. Também foi estudada a dependência administrativa da escola (categorizada em pública ou privada).

**GRÁFICO 4.4** Proporção de praticantes de AFEs segundo as faixas de rendimento mensal domiciliar per capita e idade, no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

**TABELA 4.3**  
**Jovens escolares (13 a 16 anos) que praticam uma ou mais vezes por semana AFEs – Grupos globais. Proporção de praticantes comparada com a média da população (65,7%)**

Grupo	Índice de Iniquidade (2015)
Homem jovem	115
EBS 5	114
Mãe com ensino superior completo	112
Escola privada	107
EBS 4	103
13 anos de idade	102
<b>Norma (Média)</b> <b>Todos os jovens escolares (65,7%)</b>	<b>100</b>
Mãe com ensino fundamental incompleto	99
Escola pública	99
EBS 3	98
16 anos de idade	96
EBS 2	96
EBS 1	92
Mulher jovem	85

Fonte: Elaboração própria com base na PeNSE 2015. (IBGE, 2016).

A Tabela 4.3 apresenta o índice de participação em AFEs dos jovens de 13 a 16 anos. Os dados mostram que o grupo que mais pratica AFEs, pelo menos uma vez por semana, é o grupo composto por homens jovens (115). A tabela permite perceber que o marcador sexo é o que produz maior diferenciação entre os escolares participantes da pesquisa. A proporção de mulheres jovens que praticam AFEs pelo menos uma vez por semana é 30% menor do que a de colegas do sexo masculino da mesma idade.

Por outro lado, também é possível fazer essa análise por meio do escore de bens e serviço (EBS), utilizado para estimar o nível socioeconômico. Quando se considera o subgrupo com maior escore no indicador (EBS 5), a taxa de praticantes é 14% superior à média da população, ao passo que no subgrupo de escore socioeconômico mais baixo (EBS 1) é 8% menor. Isso significa que um estudante classificado no grupo EBS 5 tem 22% a mais de chance de praticar AFEs do que um estudante incluído no EBS 1.

Da mesma forma que entre as pessoas adultas, as diferenças entre os grupos considerados se ampliam à medida que os critérios de inclusão se fazem mais exigentes. Se considerarmos o nível mínimo de práticas recomendado pela OMS para as “atividades físicas de lazer”, a média dos escolares do 9º ano ficaria em 34,5%<sup>28</sup>, sendo que a diferença entre homens e mulheres passaria de 35% (uma vez por semana) para 73% (nível OMS) a favor dos meninos. Em outras palavras, com critérios mais exigentes de inclusão, a média dos escolares ativos baixa, e a taxa de participação feminina (25,4%), comparada com a masculina (44,1%), baixa ainda mais, ampliando a iniquidade entre esses grupos. O comportamento das taxas de participação dos demais grupos vai no mesmo sentido.

Assim como foi feito com as pessoas adultas no tópico anterior, o índice geral pode ser desdobrado, permitindo refinar a análise dentro de cada grupo, verificando os diferentes níveis de envolvimento com a prática de AFEs. A Tabela 4.4 apresenta os índices dos subgrupos formados a partir das combinações dos marcadores sociais.

A combinação de marcadores permite observar que é o grupo constituído por homens jovens de maior nível socioeconômico o que tem a maior proporção de praticantes de AFEs. Homens com EBS 5 têm um índice de participação 26% acima da média da população de referência. Os grupos recortados pelo nível de escolaridade da mãe – ensino superior completo (123) e pela dependência da escola, privada (121) – apontam na mesma direção.

Por outro lado, são as mulheres jovens, particularmente as de maior idade (16 anos) e com indicadores de nível socioeconômico menor (EBS 1), as que apresentam o índice mais baixo de prática de AFEs (75). Nesse sentido, é importante salientar que apenas o grupo de mulheres, com indicadores de nível socioeconômico alto, apresenta um índice de prática de AFEs acima da média da população. Os grupos de mulheres com um EBS 5 (102) e/ou com mãe com ensino superior completo (101) superam o índice médio populacional. Ainda assim, nenhum dos grupos que se encontra abaixo da média populacional é composto por homens jovens.

A diminuição do índice de prática também tem uma relação com a idade: quanto mais velhos os grupos, a proporção de praticantes é menor. Contudo, são as mulheres que apresentam a maior redução proporcional de praticantes entre os 13 e 16 anos (16%); sendo que a menor entre os homens na mesma faixa etária é de 7%.

**TABELA 4.4**  
**Jovens escolares (13 a 16 anos) que praticam uma ou mais vezes por semana AFEs – Grupos com marcadores sociais combinados. Proporção de praticantes comparada com a média da população (65,7%)**

Grupo	Índice de iniquidade (2015)
Homem jovem com ebs 5	126
Homem jovem com mãe com ensino superior completo	123
Homem jovem de escola privada	121
Homem jovem com 13 anos de idade	117
Homem jovem de escola pública	114
Homem jovem com mãe com ensino fundamental incompleto	112
Homem jovem com 16 anos de idade	110
Homem jovem com ebs 1	109
Mulher jovem com ebs 5	102
Mulher jovem com mãe com ensino superior completo	101
<b>Norma (média)</b> <b>Todos os jovens escolares 65,7%</b>	<b>100</b>
Mulher jovem de escola privada	95
Mulher jovem com 13 anos de idade	91
Mulher jovem de escola pública	87
Mulher jovem com ebs 1	84
Mulher jovem com 16 anos de idade	80
Mulher jovem de 16 anos de idade com ebs 1	75

Fonte: Elaboração própria com base na PeNSE 2015 (IBGE, 2016).

## FREQUÊNCIA E CONTINUIDADE ANUAL DA PRÁTICA DE AFES

Além de ter praticado ou não AFES em um período de tempo específico, um ano no caso da PNAD 2015, é importante analisar com que frequência essa prática se realiza, bem como a continuidade da mesma no período de referência. No caso da pesquisa mencionada, perguntas específicas foram incorporadas em relação a esses temas.<sup>29</sup>

Ao analisar a frequência de prática daqueles que declaram ter praticado esporte ou atividades físicas no último ano, observa-se que 92,4% o fez pelo menos uma vez por semana, sendo que, nesse grupo, aqueles que se envolveram entre quatro e sete vezes por semana foram a

maioria (30,9%). Essas frequências, no entanto, não se distribuem de forma homogênea nos diferentes grupos sociais.



Quando se compara a proporção de praticantes segundo o sexo, encontramos que homens estão menos representados entre aqueles que praticam AFES com mais frequência. O Gráfico 4.5 mostra que pelo menos 84,3% das mulheres praticam duas ou mais vezes por semana AFES, enquanto a proporção de homens com no mínimo essa frequência semanal é de 68,0%. Isso significa que o percentual de homens que praticam AFES uma ou menos vezes por semana (32,0%) é o dobro das mulheres (15,7%).

A mesma análise em relação à idade (Gráfico 4.5) também mostra diferenças, contudo a tendência é inversa ao observado na participação. Pessoas de mais velhas declaram praticar AFES com mais frequência que as mais novas. Tomando como referência praticar duas ou mais vezes por semana, observa-se que a proporção de jovens (15 a 17 anos: 73,1%; 18 a 24 anos 70,9%) é inferior à das pessoas com mais idade (60 anos ou mais: 83,8%), ficando as faixas de idade intermediária também com percentuais intermediários (25 a 39 anos: 72,8%; 40 a 59 anos: 78,2%).



ao analisar a frequência de prática daqueles que declaram ter praticado esporte ou atividades físicas no último ano, observa-se que 92,4% o fez pelo menos uma vez por semana, sendo que, nesse grupo, aqueles que se envolveram entre quatro e sete vezes por semana foram a maioria (30,9%)

**GRÁFICO 4.5** Percentual da população que costumava praticar AFES no período de referência de 365 dias. Divisão por frequência, sexo, idade e rendimentos.

				15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
2,9%	Menos de uma vez por mês	3,4	2,3	3,0	2,7	3,1	3,1	1,8
4,7%	Pelo menos uma vez por mês, mas não toda semana	5,9	3,3	4,4	6,0	5,0	4,4	3,2
16,9%	Uma vez por semana	22,8	10,1	19,4	20,4	19,1	14,3	11,1
19,4%	Dois vezes por semana	19,1	19,8	23,1	18,3	18,9	18,6	21,0
25,2%	Três vezes por semana	21,6	29,5	21,5	22,8	24,7	28,1	26,1
30,9%	Quatro a sete vezes por semana	27,3	35,0	28,5	29,8	29,2	31,5	36,7

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).



Por sua vez, quando a frequência de prática é estratificada por níveis de rendimento mensal domiciliar *per capita* (continuação do Gráfico 4.5, abaixo), as porcentagens acumuladas de duas ou mais vezes por semana se avolumam nos setores com maiores rendimentos. Nessa linha, os resultados apontam que entre as pessoas classificadas na primeira faixa de rendimentos (sem rendimento a menos de meio salário mínimo *per capita*) o percentual totaliza 68,5%, enquanto entre os que se encontram na faixa mais elevada de rendimento, o percentual é de 89,2%.

No que se refere à continuidade ou regularidade da prática de AFEs ao longo do ano, a PNAD 2015 permite estimar quantos meses os brasileiros que praticaram esporte ou atividade física se mantiveram ativos durante o ano. O

resultado aponta que a população que praticou AFEs se manteve envolvida, em média, durante 9,15 meses por ano, acumulando o maior percentual aqueles que declaram ter participado da prática ao longo de todo o ano (48,9%).

A análise da continuidade da prática de AFEs durante o ano também aponta diferenças entre homens e mulheres. Como apresentado na Tabela 4.5 uma menor proporção de mulheres que de homens ultrapassa os seis meses de prática (frequência acumulada de 1 a 6 meses, homens, 22,1%; mulheres, 35,4%). Também as mulheres têm uma representação menor entre aqueles que praticaram 12 meses no ano (homens, 53,9%; mulheres, 43,2%).

Em relação à idade, a continuidade da prática de AFEs durante o ano aponta uma diferença a favor dos idosos. A Tabela 4.6 permite visualizar

que o grupo com 60 anos ou mais tem a menor taxa de praticantes que não ultrapassa os seis meses de atividade, quando comparado com os grupos das demais faixas (frequência acumulada de 1 a 6 meses, 60 anos ou mais: 21,8%), e simultaneamente é o que concentra o maior percentual de praticantes ao longo de 12 meses (56,7%).

O número de meses durante os quais as pessoas praticaram AFEs também varia quando se examina o rendimento mensal domiciliar *per capita*. Nesse caso, as pessoas com maior renda estão menos representadas entre aqueles que não superaram os seis meses de prática (16,5%), e mais representadas entre aqueles que praticaram durante o ano todo (59,1%). Nessa linha, a Tabela 4.7 permite calcular que o grupo com menor renda, com uma frequência de prática

TABELA 4.5  
Percentual da população que praticou AFEs em meses, segundo sexo

Meses	Homens	Mulheres	Total
1	1,9	4,7	3,2
2	3,4	6,0	4,6
3	4,1	6,9	5,4
4	2,9	4,8	3,7
5	3,0	4,2	3,6
6	6,9	8,9	7,8
7	1,6	1,9	1,7
8	4,3	4,6	4,4
9	2,6	2,4	2,5
10	6,9	5,4	6,2
11	8,6	7,2	8,0
12	53,9	43,2	48,9

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

TABELA 4.6  
Percentual da população que praticou AFEs em meses, segundo idade

Meses	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
1	2,7	3,3	3,7	3,0	2,6	3,2
2	4,7	5,3	5,0	4,4	2,9	4,6
3	5,6	5,6	6,2	5,1	3,6	5,4
4	2,8	3,7	4,5	3,5	3,3	3,7
5	2,7	3,9	4,2	3,5	2,5	3,6
6	7,5	8,6	8,5	7,2	6,9	7,8
7	1,2	2,0	2,2	1,4	1,2	1,7
8	4,5	5,2	4,8	4,3	3,0	4,4
9	2,6	2,9	2,7	2,1	2,1	2,5
10	7,6	5,9	5,9	6,0	6,7	6,2
11	7,5	8,1	7,5	8,3	8,4	8,0
12	50,8	45,5	44,9	51,2	56,7	48,9

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).



**Sem rendimento a menos de ½ salário mínimo**    **½ a menos de 1 salário mínimo**    **1 a menos de 2 salários mínimos**    **2 a menos de 3 salários mínimos**    **3 a menos de 5 salários mínimos**    **5 salários mínimos ou mais**

Menos de uma vez por mês	3,8	3,3	2,6	1,9	2,7	1,0
Pelo menos uma vez por mês, mas não toda semana	6,3	5,6	4,7	3,3	3,0	1,7
Uma vez por semana	21,4	18,5	17,1	15,7	10,6	8,2
Duas vezes por semana	19,1	19,2	18,6	19,2	22,3	22,0
Três vezes por semana	19,5	22,0	26,0	29,9	31,2	35,0
Quatro a sete vezes por semana	29,9	31,5	31,0	29,9	30,2	32,2

durante todo o ano de 44,4%, necessitaria crescer em torno de um terço da atual proporção, para alcançar patamares que o setor de maior rendimento já apresenta.

No que se refere aos adolescentes entre 13 e 16 anos, a PeNSE 2015 também permite estimar a frequência de prática semanal. A Gráfico 4.6 mostra a frequência declarada na semana anterior ao dia da pesquisa.

Na população estudantil, da mesma forma que na população adulta, ao segmentar a frequência de prática segundo o sexo e o nível socioeconômico, se evidenciam modulações importantes.

Dessa forma, quando os estudantes são divididos por sexo, tem-se que a diferença entre meninos e meninas que praticam AFEs pelo menos uma vez por semana é de 1,34 vezes favorável aos primeiros, 75,5% e 56,3%, respectivamente. Essa distância se amplia ao considerar o percentual de estudantes que praticam AFEs três vezes ou mais por semana (homens: 51,30%; mulheres: 30,70%), passando a 1,67 vezes a relação entre os grupos. Quando se toma como referência o percentual de estudantes que se envolvem cinco ou mais dias por semana com alguma atividade física, como esportes, dança, ginástica, musculação, lutas ou outra semelhante (homens:

32,40%; mulheres: 16,40%), a diferença passa a ser praticamente o dobro (1,98).

Um fenômeno similar se observa ao segmentar os estudantes segundo o nível socioeconômico. Ao considerar praticar pelo menos 1 vez por semana AFEs, a relação entre o grupo com o maior (EBS 5) e o menor status socioeconômico (EBS 1) é de 1,25 vezes, 75,4% e 60,5% de praticantes em cada grupo respectivamente. Ao considerar-se uma frequência mínima de 3 vezes ou mais por semana a diferença entre os grupos passa a ser de 1,51 (EBS 5: 51,50%; EBS 1: 34,10%).

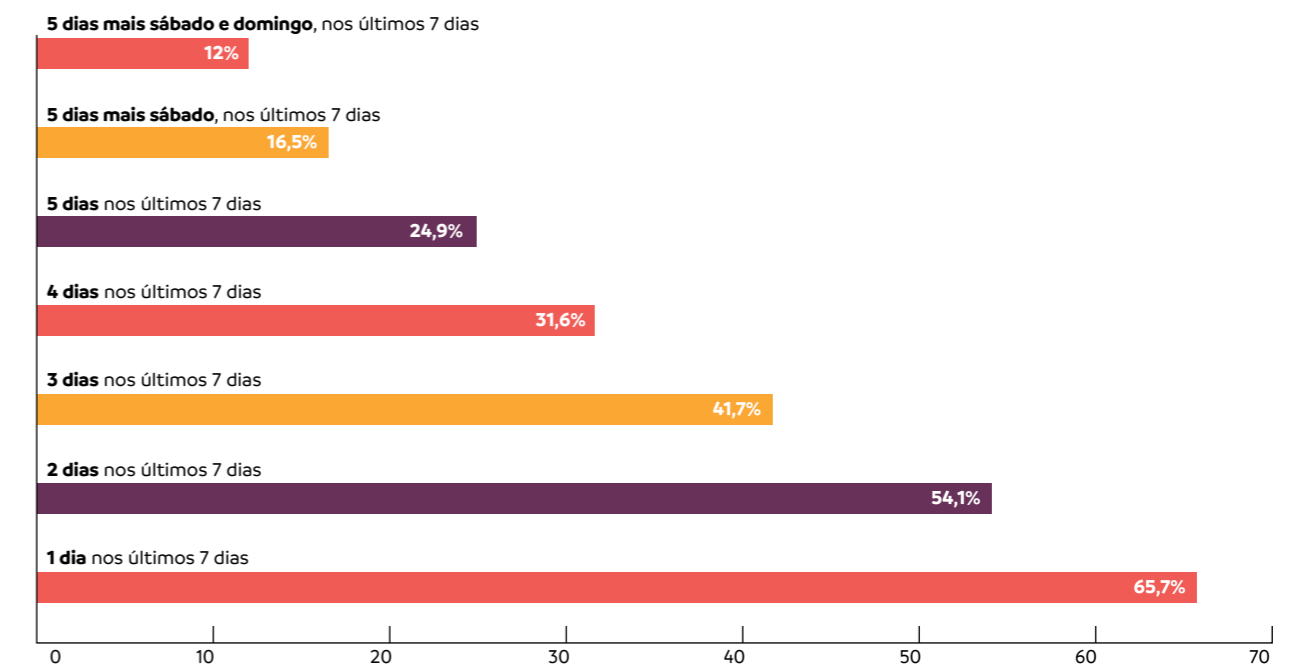
TABELA 4.7

**Percentual da população que praticou AFEs em meses, segundo faixa de rendimento mensal domiciliar per capita**

Meses	Sem rendimento a menos de ½ salário mínimo	½ a menos de 1 salário mínimo	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 salários mínimos	3 a menos de 5 salários mínimos	5 salários mínimos ou mais	Total
1	4,2	3,6	3,3	2,1	2,0	1,5	3,2
2	5,9	5,2	4,4	3,8	3,9	1,7	4,6
3	5,8	5,8	5,8	5,1	4,0	3,4	5,4
4	4,3	4,1	3,8	2,9	3,4	2,4	3,7
5	4,9	4,0	3,3	3,5	2,6	1,7	3,6
6	8,6	8,1	7,7	7,8	7,7	5,8	7,8
7	1,9	1,6	1,8	1,6	1,8	1,4	1,7
8	4,2	5,1	4,4	4,1	3,9	4,5	4,4
9	2,4	2,8	2,4	2,0	2,5	2,3	2,5
10	6,6	6,2	5,8	6,3	6,7	6,2	6,2
11	7,0	7,8	7,9	8,2	8,8	10,0	8,0
12	44,4	45,6	49,6	52,6	52,7	59,1	48,9

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

**GRÁFICO 4.6** Percentual de jovens escolares (13 a 16 anos) que praticaram AFES. Divisão por frequência.



Fonte: IBGE, microdados da PeNSE, Amostra 1, 2015.

## TIPOS DE AFES NO BRASIL

A Tabela 4.8 apresenta uma relação das AFEs mais citadas. Originalmente o questionário permitia nomear 186 modalidades, as quais foram reunidas em 30 grupos para melhor análise<sup>30</sup>. No entanto, de todas essas possibilidades, apenas 14 foram citadas por pelo menos 1% dos entrevistados, de modo tal que esses grupos reúnem 97% de todas as AFEs mencionadas.

A caminhada é o tipo de prática que se destaca quando comparada às demais – acumula mais de 37,6% de todas as citações. Na categoria ampla de “futebol”, que inclui o futebol de campo, de areia, society e futsal, o percentual é de 23,6%. Dessa forma, é citado duas vezes mais do que a prática que se segue, Fitness/Academias (12,7%) que inclui 15 práticas diferentes, como hidroginástica, yoga, aeróbica, pilates, entre outros exercícios físicos. Em quarto lugar, aparece prática associada à anterior – a musculação –, citada por 4,8% dos praticantes.

É importante salientar que esses quatro primeiros conjuntos reúnem quase 80% da totalidade de AFEs aludidas pelos entrevistados. Assim, as outras 10 modalidades de AFEs mencionadas (incluindo “outras práticas”) distribuem-se nos cerca de 20% restantes. Chama atenção a pouca diversificação de modalidades esportivas.

Para estabelecer relações entre o tipo de AFEs e grupos estratificados com base em diferentes marcadores sociais, é necessário analisar de forma independente os grupos masculino e feminino, pois estes apresentam um envolvimento diferente com as AFEs. Tomando como referência as práticas mais mencionadas (caminhada e futebol), é possível observar as diferenças na Tabela 4.9. As mulheres têm um envolvimento muito reduzido com o futebol (em suas variadas formas), enquanto que, entre os homens, é uma das práticas mais comuns. Inversamente, as mulheres praticam caminhada numa proporção muito maior que os homens.



©Santiago José Asef/ Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge/ Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros

**TABELA 4.8**  
**Percentual do tipo de AFEs mais praticadas no Brasil**

AFEs	%
Caminhada	37,6
Futebol	23,6
Fitness/Práticas de academias	12,7
Musculação	4,8
Outras modalidades esportivas	2,8
Andar de bicicleta	2,7
Outras atividades físicas	2,2
Corrida/Cooper atividade física	1,9
Luta/Artes marciais	1,7
Ginástica esportiva	1,7
Ciclismo	1,7
Voleibol	1,2
Dança	1,2
Natação	1,1

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

**TABELA 4.9**  
**Percentual do tipo de AFEs mais praticadas no Brasil, segundo o sexo**

AFEs	Homens (%)	Mulheres (%)
Caminhada	24,8	52,5
Futebol	41,4	2,7
Fitness/Práticas de academias	8,0	18,2
Musculação	4,9	4,7
Outras modalidades esportivas	2,7	3,0
Andar de bicicleta	3,5	1,8
Outras atividades físicas	1,4	3,1
Corrida/Cooper atividade física	2,8	0,8
Luta/Artes marciais	2,2	1,2
Ginástica esportiva	0,6	3,0
Ciclismo	2,4	0,9
Voleibol	0,8	1,8
Dança	0,4	2,2
Natação	0,8	1,8

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

Ao analisar o envolvimento de homens e mulheres nas diferentes modalidades de AFEs, estratificado em idade e renda, é possível perceber uma forte variação. Para simplificar a apresentação dos resultados, as AFEs consideradas foram divididas em quatro categorias: caminhada, futebol, *fitness* (mais nadar, correr e pedalar) e outras AFEs.

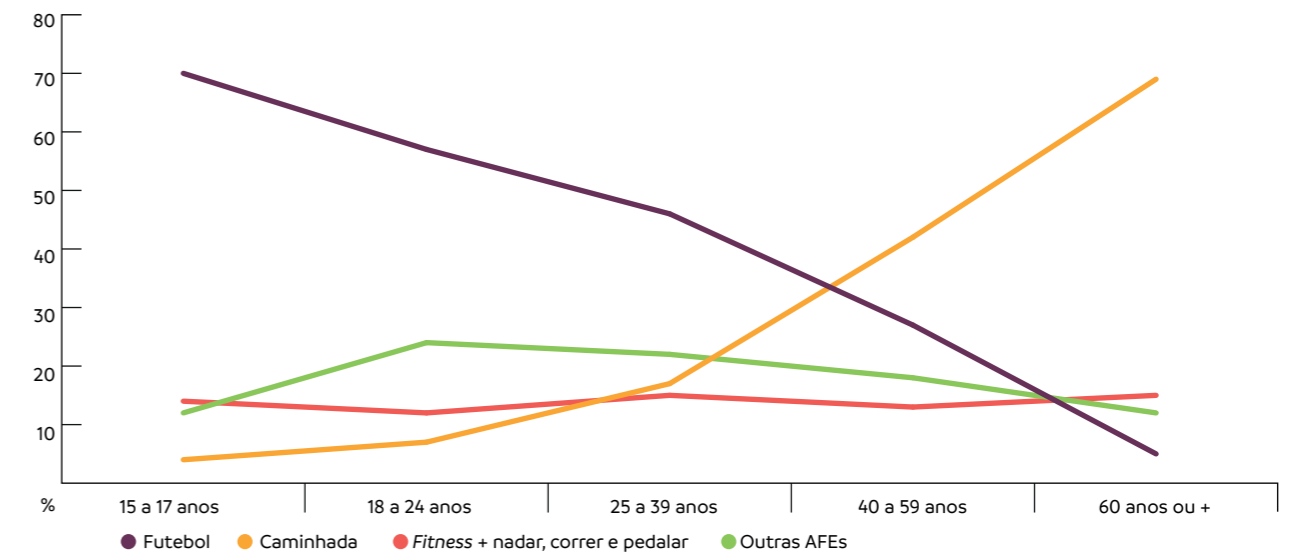
Entre os homens, a idade é determinante na proporção de envolvidos com a prática esportiva, particularmente com o futebol. Também é decisiva no caso da caminhada, mas com um comportamento inverso. Já a de praticantes das denominadas práticas de *fitness* e outras AFEs, tendem a permanecer estáveis nas diferentes faixas etárias (Gráfico 4.7).

O Gráfico 4.8 apresenta a variação do tipo de AFEs realizada pelo grupo masculino, estratificado segundo o nível de rendimento mensal domiciliar *per capita*. Nele pode-se observar uma diferença marcante na proporção de praticantes nas quatro grandes categorias de AFEs. O futebol é a prática proporcionalmente mais importante nos grupos de menor rendimento (até meio salário mínimo: 62,2%) e vai diminuindo na medida em que a renda aumenta, até alcançar a menor proporção na faixa de maior rendimento (cinco salários mínimos ou mais: 11%). Inversamente, os demais tipos de

práticas corporais ganham maior presença na medida em que a renda se eleva. A proporção de homens que praticam caminhada e outras AFEs quase duplica quando as faixas de menor e maior rendimento são comparadas (caminhada: 16,2% e 31,5%, respectivamente; outras AFEs: 10,7% e 19,7%, respectivamente), ao passo que *fitness* (mais nadar, correr e pedalar) mais que triplica (11,6% e 37,8%).

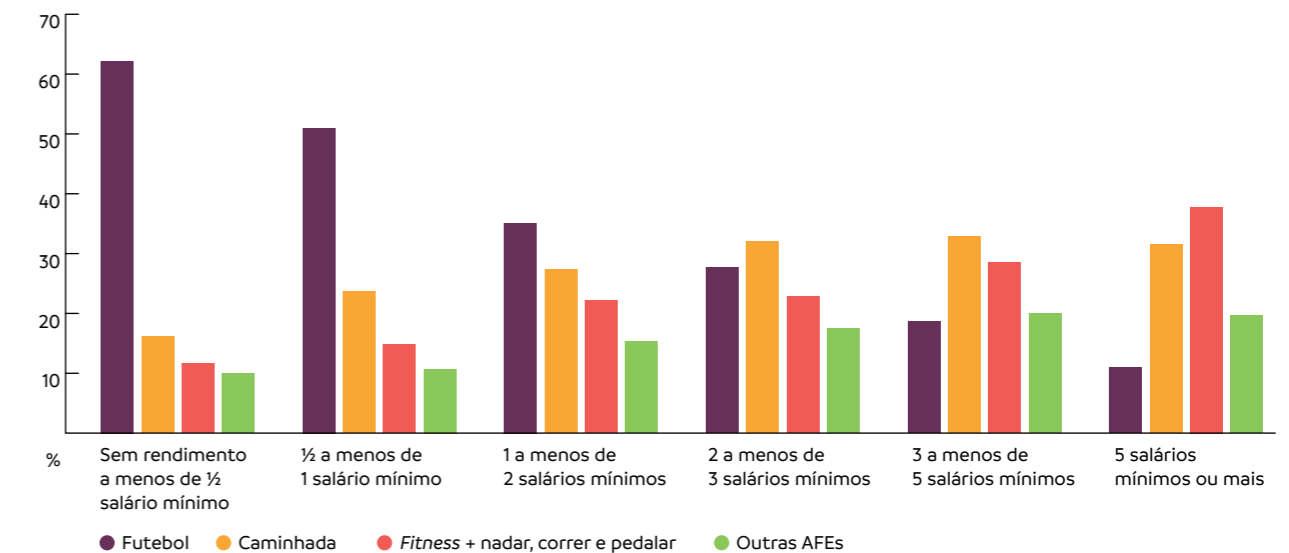
No caso das mulheres ativas, as AFEs praticadas são mais diversificadas quando mais jovens, sendo que a partir da faixa dos 25 a 39 anos a caminhada passa a ser a mais comum. É interessante notar que, considerando a primeira faixa etária, a categoria "outras AFEs" se impõe sobre as demais, e a prática do futebol aproxima-se bastante do conjunto de práticas reunidas sob a denominação de *fitness* (mais nadar, correr e pedalar). Por outro lado, na faixa dos 18 aos 24 anos, *fitness* é a prática preponderante, perdendo espaço para a caminhada à medida que aumenta a idade.

**GRÁFICO 4.7** Percentual de praticantes homens por tipo de AFEs e idade, no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

**GRÁFICO 4.8** Percentual de homens por tipo de AFEs praticada e nível de rendimento mensal domiciliar *per capita*, no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

**o futebol é proporcionalmente pouco praticado entre as mulheres (2,7%), ainda que entre as mulheres de baixa renda ele alcança o maior percentual (6,8%)**



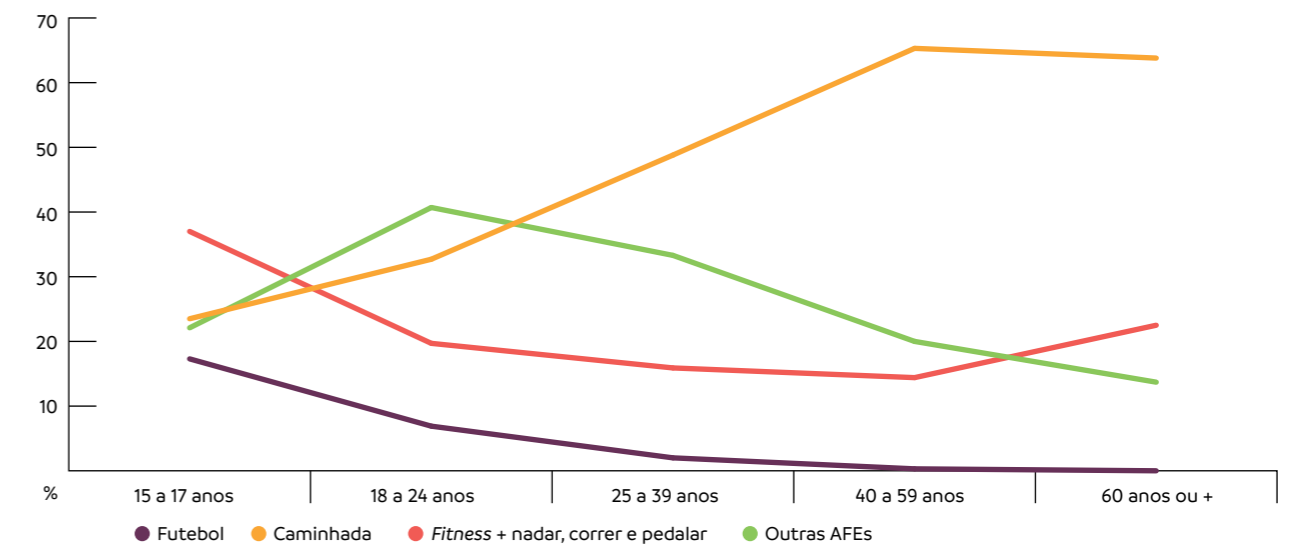
A estratificação por rendimento mensal domiciliar *per capita* das mulheres aponta também mudanças importantes na proporção de práticas dentro de cada categoria. O futebol é proporcionalmente pouco praticado entre as mulheres (2,7%), ainda que entre as mulheres de baixa renda ele alcança o maior percentual (6,8%), 2,42 vezes mais que a média da população feminina e 34 vezes mais que as mulheres com maiores rendimentos (0,2%).

De qualquer forma, não se pode perder de vista que é a caminhada a prática mais popular entre as mulheres. Em quase todas as faixas de rendimentos, exceto na mais alta, a caminhada é a AFE mais frequente. A proporção diminui na medida em que aumentam os rendimentos, mas em nenhum grupo é menor que 30% das praticantes.

A proporção de praticantes de *fitness* (mais nadar, correr e pedalar) vai de 17,1% entre as mulheres de menores rendimentos até 41,4% entre aquelas de maior rendimento. Isso significa um aumento de cerca de 2,4 vezes neste segundo grupo em relação ao primeiro grupo.

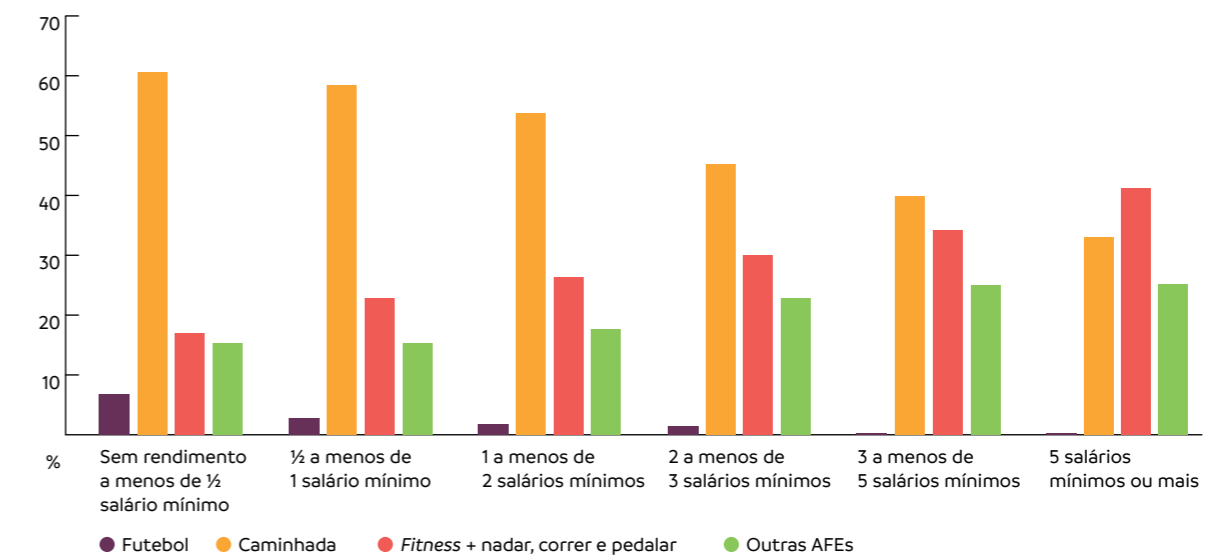
Uma menor variação é registrada na categoria de práticas denominadas aqui como "outras AFEs". No entanto, observa-se uma tendência similar ao *fitness*, em que a proporção aumenta na medida em que o rendimento mensal domiciliar *per capita* do grupo aumenta. Entre as mulheres de menor rendimento, o percentual é de 15,3%, enquanto entre as de maior rendimento alcança 25,3%.

**GRÁFICO 4.9** Percentual de praticantes femininos por tipo de AFEs e idade, no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

**GRÁFICO 4.10** Percentual de mulheres por tipo de AFEs praticada e nível de rendimento mensal domiciliar *per capita*, no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

## POR QUAIS MOTIVOS AS PESSOAS PRATICAM AFES?

Os motivos que levam as pessoas a realizarem AFES são diversos. Além disso, podem mudar com o tempo e a experiência. Uma pessoa pode iniciar a prática de AFES por recomendação médica, mas, a partir da experiência, passar a realizá-la pelo prazer que desperta o envolvimento com a mesma. De maneira semelhante, pode iniciar a prática por razões vinculadas à competição esportiva e depois prosseguir pela convivência e pelas amizades construídas no contexto de sua prática.

O Suplemento da PNAD 2015 questionou sobre os motivos da prática<sup>31</sup> e na Tabela 4.10 se apresentam os resultados para as respostas vinculadas com o "esporte ou atividade física". Ordenados do mais para o menos frequente, observa-se que os motivos vinculados a uma ideia ampliada de benefícios de AFES ("Para melhorar a qualidade de vida ou o bem-estar": 32,7%; "Para relaxar ou se divertir": 22,2%) destacam-se sobre outros três de caráter mais específico ("Para melhorar ou manter o desempenho físico": 22%; "Por indicação médica": 13% e "Por gostar de competir": 6,1).

No entanto, quando essas preferências são segmentadas a partir do tipo dos marcadores sociais, observa-se uma variação das prioridades.

No caso da segmentação por sexo, apresentada na Tabela 4.10, nota-se uma inversão na ordem. Entre os homens, "relaxar ou se divertir" passa da segunda posição, quando considerada a população em geral (22,2%), para o primeiro lugar (31,1%). Inversamente, o motivo "indicação médica", cai uma posição entre os homens, passa do quarto (13%), para o quinto lugar (7,4%).

A ordem de classificação dos motivos entre as mulheres varia no sentido contrário ao dos homens. No grupo de mulheres, "relaxar ou se divertir" passa da segunda posição, quando se considera a população em geral, para o quarto lugar (11,9%). Enquanto o motivo "indicação médica" passa do quarto (13%) para o terceiro lugar (19,6%).

Por sua vez, "melhorar a qualidade de vida ou o bem-estar" continua sendo um dos principais motivos para todos os entrevistados; contudo, há uma marcada diferença entre homens e

mulheres na proporção. Para os primeiros, esse motivo alcança 25,5%, ao passo que, para as mulheres, chega a 41,5%.

No que diz respeito ao motivo "melhorar ou manter o desempenho físico", é o único com níveis similares entre homens e mulheres. Em ambos os grupos essa resposta alcançou em torno de 22% (homens: 21,9%; mulheres: 22,1%).

Em ambos os grupos, o "gostar de competir" situa-se entre os últimos motivos para justificar o envolvimento com AFES. Apesar disso, a proporção entre os homens (9,2%) é quase quatro vezes maior que entre as mulheres (2,3%). Um comportamento similar se verificou com a alternativa "para socializar encontrando com amigos ou fazendo novas amizades". Ainda que com um percentual baixo, a alternativa foi muito mais escolhida por homens (4,4%) que por mulheres (1,6%).

A idade também modula os motivos pelos quais as pessoas praticam AFES (Tabela 4.11). Entre os mais jovens (15 a 17 anos) "relaxar ou se divertir" é mais mencionado (40,8%). Moti-

vo que, ao avançar a idade, vai perdendo força, alcançando seu menor nível na última faixa etária considerada (60 anos ou mais).

Entre os mais velhos (60 anos ou mais), "melhorar a qualidade de vida ou o bem-estar" é o motivo mais mencionado para justificar a prática de AFES (38,9%), sendo uma resposta indicada com mais frequência a partir da faixa intermediária de idade (25 a 39 anos, 34%). Também se destaca, após os 60 anos, a opção "indicação médica" (34,8%), bastante baixa nas outras faixas etárias, exceto na imediatamente anterior (40 a 59 anos).

O gosto por competir não é prioridade em nenhuma das faixas etárias, contudo é mais comum entre os mais jovens (15 a 17 anos: 16,5%). O "socializar" tem um comportamento similar, é mencionado, em poucas oportunidades, mas



TABELA 4.10  
Percentual da população segundo o motivo para a prática de AFES por sexo, no Brasil

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

no setor com menor renda, o motivo mencionado com mais frequência é “relaxar ou se divertir” (31,3%). Essa proporção diminui na medida em que aumenta o rendimento, alcançando a menor representação no grupo com rendimentos acima de cinco salários mínimos *per capita* (10,6%)

está mais presente entre os mais novos. Outros motivos, além dos citados, são pouco mobilizados para explicar o envolvimento com as AFEs, indiferente da idade.

A condição socioeconômica também influencia os motivos declarados para justificar a prática de AFEs (Tabela 4.12). No setor com menor renda, o motivo mencionado com mais frequência é “relaxar ou se divertir” (31,3%). Essa proporção diminui na medida em que aumenta o rendimento, alcançando a menor representação no grupo com rendimentos acima de cinco salários mínimos *per capita* (10,6%). Inversamente, no grupo com maior renda predomina a indicação do motivo “melhorar a qualidade de vida ou o bem-estar” (49,4%), e sua menção diminui progressivamente até chegar à menor frequência

(24,1%) entre aqueles com menor rendimento.

“Por gostar de competir”, como motivo para a prática de AFEs, tem uma baixa representação (6,1%) no conjunto das outras opções. Contudo, há uma marcada diferença quando se compara a frequência que a menção alcança nos diferentes estratos de renda. Entre os que têm menores rendimentos, o motivo da competição chega a 9,2%, diminuindo ao longo dos outros cinco estratos, até alcançar seu menor valor (2,5%) no setor com maiores rendimentos.

O motivo “socializar encontrando com amigos ou fazendo novas amizades” apresenta um padrão similar. Ainda que pouco declarado, tende a ser mais frequente entre os estratos de menor renda (4,7%) que entre os de maior (0,6%).

TABELA 4.11  
Percentual da população segundo o motivo para a prática de AFEs por idade, no Brasil

	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Para melhorar a qualidade de vida ou o bem-estar	14,2	23,9	34,0	39,7	38,9	32,7
Para relaxar ou se divertir	40,8	31,4	23,0	15,5	10,0	22,2
Para melhorar ou manter o desempenho físico	17,2	26,7	26,9	19,5	13,1	22,0
Por indicação médica	2,3	3,0	6,6	19,6	34,8	13,0
Por gostar de competir	16,5	9,9	5,7	3,0	1,5	6,1
Para socializar encontrando com amigos ou fazendo novas amizades	7,3	4,4	2,9	2,0	1,3	3,1
Outro	1,7	0,8	0,8	0,8	0,4	0,8

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

TABELA 4.12  
Percentual da população segundo o motivo para a prática de AFEs por rendimento mensal domiciliar, no Brasil

	sem rendimento a menos de ½ salário mínimo	½ a menos de 1 salário mínimo	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 salários mínimos	3 a menos de 5 salários mínimos	5 salários mínimos ou mais	Total
Por indicação médica	11,1	13,7	13,4	13,8	14,6	12,0	13,0
Para melhorar ou manter o desempenho físico	18,3	21,4	22,9	23,9	26,9	23,7	22,0
Para melhorar a qualidade de vida ou o bem-estar	24,1	27,6	34,7	39,7	41,6	49,4	32,7
Por gostar de competir	9,2	6,5	5,9	4,4	2,7	2,5	6,1
Para relaxar ou se divertir	31,3	26,0	19,8	15,9	12,8	10,6	22,2
Para socializar encontrando com amigos ou fazendo novas amizades	4,7	3,8	2,7	2,0	1,0	0,6	3,1
Outro	1,3	0,9	0,7	0,3	0,4	1,2	0,8

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

## MOTIVOS PELOS QUAIS NÃO SE PRÁTICA ESPORTE

A PNAD 2015 incorporou uma pergunta específica<sup>32</sup> orientada a conhecer o motivo pelo qual o entrevistado, no período de referência, não praticou esporte no seu tempo livre. No entanto, é importante salientar que a pergunta não abrange as “atividades físicas”<sup>33</sup>, apenas “esporte”.

Dada essa característica do questionário e buscando preservar conhecer o motivo daqueles que simultaneamente não praticam esporte nem atividade física, os dados apresentados a seguir excluem as respostas daqueles que responderam não praticar esporte e explicaram seus motivos, mas na sequência afirmaram praticar alguma atividade física.

Assim sendo, a Tabela 4.13 apresenta os resultados sobre os motivos para não praticar esporte. Destaca-se assim a “falta do tempo” (38,3%) como o maior impedimento para a prática de AFEs. Além disso, outro motivo para não se envolver em práticas esportivas é “por não gostar ou não querer” (34,7%). Em proporção um pouco menor, aparece como motivo para a não prática de esportes os “problemas de saúde ou de idade” (20,2%).

Esses resultados não apresentaram diferenças significativas quando segmentados por sexo, mas sim quando se faz por idade. Nesse último caso, observa-se que a falta de tempo como motivo justificador do não envolvimento

com a prática esportiva concentra-se entre adultos jovens (25 a 39 anos: 52%), sendo que alcançam proporções elevadas (42,9%) também nas faixas etárias adjacentes (18 a 24 anos; 40 a 59 anos). Por outro lado, essa alternativa perde espaço entre os mais jovens (15 a 17 anos) e os mais velhos (60 anos ou mais), alcançando 19,5% e 14,6%, respectivamente.

Por outro lado, “não gostar ou não querer” praticar esporte é o motivo mais citado entre os mais jovens (15 a 17 anos: 59,3%) que declararam não ter envolvimento com esportes. Essa justificativa perde força à medida que avança a idade, alcançando o menor percentual entre as pessoas mais velhas (27,2%).

Entre as pessoas com mais de 60 anos, a alternativa de maior frequência é a dos “problemas de saúde ou de idade” (53,9%). Esse motivo para não praticar esporte é pouco mencionado nas três primeiras faixas de idade, que vão dos 15 aos 39 anos, mas cresce quase três vezes na faixa de 40 a 59 anos (18,3%), até que, na última, converte-se no principal motivo.

**destaca-se assim a “falta do tempo” (38,3%) como o maior impedimento para a prática de AFEs. Além disso, outro motivo para não se envolver em práticas esportivas é “por não gostar ou não querer” (34,7%). Em proporção um pouco menor, aparece como motivo para a não prática das AFEs os “problemas de saúde ou de idade” (20,2%)**

TABELA 4.13  
Percentual da população segundo o motivo para não praticar esporte segundo a idade, no Brasil

	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Falta de tempo	19,5	42,9	52,2	42,9	14,6	38,3
Por não gostar ou não querer	59,3	43,7	33,7	33,4	27,2	34,7
Por problemas de saúde ou de idade	4,9	3,8	6,6	18,3	53,9	20,2
Por falta de instalação esportiva acessível ou nas proximidades	7,8	2,9	2,4	1,8	1,2	2,3
Por problemas financeiros	4,0	2,6	2,1	1,5	0,7	1,7
Por não ter companhia para praticar esporte	3,4	2,3	1,7	1,0	1,1	1,5
Outro	1,0	1,7	1,3	1,1	1,3	1,3

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).



## PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO PODER PÚBLICO NA PERSPECTIVA DAS PESSOAS

No caso dos motivos para o não envolvimento com a prática esportiva período de referência, a segmentação com base no rendimento mensal domiciliar *per capita* não mostrou variações importantes, comportamento diferente quando se considerou a idade. Ainda assim, observa-se (Tabela 4.14) que a explicação do não envolvimento por "falta de tempo" se avoluma nos setores com maior rendimento (cinco salários mínimos ou mais – 45,8%), particularmente quando comparada com a de menor rendimento (até meio salário mínimo – 35,1%).

Uma tendência inversa é percebida no motivo "não gostar ou não querer". Nesse caso, são

os setores de menor renda os que pontuam mais (39,4%) enquanto os de maiores rendimentos apresentam os menores percentuais (de três a menos de cinco salários mínimos: 29,1%; cinco salários mínimos ou mais: 30,8%).

Não praticar esporte por "problemas financeiros" é um dos motivos menos relatados por aqueles que não praticaram esportes no período de referência (1,7%). No entanto, esse motivo aparece com frequências variadas nos estratos por rendimentos, estando mais presente entre aqueles de menor renda (até meio salário mínimo: 2,6%) e diminui acentuadamente nos de maior renda (0,5%).

**TABELA 4.14**  
**Percentual da população segundo o motivo para não praticar esporte e o nível de rendimento, no Brasil**

	Sem rendimento a menos de ½ salário mínimo	½ a menos de 1 salário mínimo	1 a menos de 2 salários mínimos	2 a menos de 3 salários mínimos	3 a menos de 5 salários mínimos	5 salários mínimos ou mais	Total
Falta de tempo	35,1	35,5	41,8	43,7	47,8	45,8	38,3
Por não gostar ou não querer	39,4	34,8	31,6	31,1	29,1	30,8	34,7
Por problemas de saúde ou de idade	16,6	23,3	20,8	19,8	17,9	18,9	20,2
Por falta de instalação esportiva acessível ou nas proximidades	3,6	2,2	1,5	1,4	1,4	0,5	2,3
Por problemas financeiros	2,6	1,6	1,4	0,9	1,1	0,5	1,7
Por não ter companhia para praticar esporte	1,4	1,3	1,7	1,7	1,2	1,9	1,5
Outro	1,2	1,3	1,2	1,3	1,5	1,6	1,3

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2015 (IBGE, 2017).

A PNAD 2015 solicitou que os entrevistados se manifestassem sobre a possibilidade de o poder público investir no desenvolvimento de AFEs na vizinhança. As respostas apontaram que 73,3% das pessoas entrevistadas são favoráveis ao investimento estatal para o desenvolvimento dessas atividades, 14,7% são contrárias e 12% não têm opinião formada sobre o tema.

A opinião sobre investimento não é influenciada pelo sexo do entrevistado, mas sim pela sua idade e faixa de renda. No caso da idade, são as pessoas mais velhas as que entendem em maior proporção que o investimento não é necessário, sendo os jovens os mais favoráveis (15 a 17 anos: 78%, 18 a 24 anos: 78%; 25 a 39 anos: 76%; 40 a 59 anos: 73%; 60 anos ou mais: 65%). Ainda assim, em todas as faixas etárias, há ampla maioria de pessoas a favor de que o Estado invista no setor das AFEs.

Quando a análise se faz por segmentos de rendimentos, observa-se que todos os setores são majoritariamente favoráveis ao investimen-

to público para o desenvolvimento de AFEs na vizinhança. De forma bastante modesta, foram os estratos com maior renda os que proporcionalmente se mostraram mais favoráveis ao investimento<sup>34</sup>.

Para aqueles que tiveram uma opinião positiva sobre o investimento público, apresentou-se uma questão sobre qual deveria ser a prioridade<sup>35</sup>: 1) as atividades esportivas para formação de atletas; 2) as atividades físicas ou esportivas para pessoas em geral; ou 3) outra. A resposta foi contundente: 91,1% das pessoas entrevistadas entendem que a prioridade do investimento deve ser nas AFEs para as pessoas comuns, ficando apenas em 8% os que opinam que o investimento deveria ser na formação de atletas.<sup>36</sup> Essa opinião é praticamente a mesma para homens e mulheres, pessoas com diferentes idades e localizadas em estratos de renda distintos. Lembra-se que o Capítulo 8 deste relatório faz uma exaustiva análise do investimento público no setor do esporte.

## CONCLUSÃO

As análises desenvolvidas neste capítulo permitem afirmar que existem relações claras entre a possibilidade de uma pessoa praticar AFEs e o grupo social ao qual pertence, segmentado por marcadores como sexo, raça, idade, deficiência, nível de instrução, rendimento mensal domiciliar *per capita* e suas combinações. Esses marcadores, de distintas formas e em proporções diferentes, modulam tanto a possibilidade de praticar AFEs como a frequência de realização da prática, a modalidade praticada e os motivos que a impulsionam. Os dados analisados auxiliam a reforçar a compreensão que realizar ou não AFEs não se restringe meramente a uma decisão individual, mas é também produto de como a sociedade pauta a vida coletiva. Isso significa que aconselhar os indivíduos a praticarem mais AFEs, sem criar oportunidades efetivas para as pessoas se engajarem com as práticas, nem enfrentar os condicionantes sociais que limitam o envolvimento, dificilmente mudará o cenário<sup>37</sup>.

Nessa perspectiva, os dados apresentados permitem identificar acentuadas discrepâncias na proporção de indivíduos de diferentes setores socioeconômicos em relação à prática de AFEs. As pessoas pertencentes aos estratos mais elevados têm um envolvimento proporcionalmente maior, mesmo em idades mais avançadas, do que pessoas em estratos inferiores. Isso significa que a possibilidade de uma pessoa praticar AFEs diminui conforme esta ocupa posições mais baixas na estratificação social, sendo que essa redução se acentua com o aumento da idade e a condição de ser mulher. Assim, por exemplo, a proporção de praticantes de AFEs do grupo de homens, brancos, com ensino superior completo e localizados no estrato de rendimento mais alto é 4,5 vezes superior a do grupo de mulheres, negras, com ensino fundamental incompleto e localizadas no estrato

de rendimento mais baixo, ainda considerando a mesma faixa etária (25 a 39 anos de idade) para ambos os grupos (69,4% e 15,4% respectivamente). Nesse sentido, é possível afirmar que a posição socioeconômica influencia o acesso e disponibilidade de meios importantes associados à prática de AFEs, como tempo, recursos financeiros e capital cultural; essa associação oferece indicativos claros sobre como as condições materiais e simbólicas relacionadas à na posição socioeconômica afetam a prática de AFEs.

Estudos indicam que vir de uma família em melhores condições socioeconômicas favorece alcançar um nível educacional mais elevado, o que aumenta a possibilidade de ter um emprego mais qualificado e melhor renda. Isso, por sua vez, permite morar em locais que têm melhor transporte, bem como instalações recreativas, praças, parques, todos os quais promovem a realização de atividade física<sup>38</sup>. Além disso, a renda pode determinar se um indivíduo vive ou não em uma casa ou em um bairro mais seguro. Os bairros periféricos geralmente não têm lugares seguros para a prática de AFEs, bem como tendem a carecer de infraestrutura como calçadas, ciclovias e ruas bem iluminadas que incentivem a prática de atividades físicas e esportivas. Ter mais educação e um trabalho melhor remunerado também está vinculado com os tipos de apoio social que valorizam a participação na atividade física, além de possibilitar recursos econômicos para afrontar os custos implicados em criar condições para envolver-se com AFEs como, por exemplo, pagar a mensalidade e o deslocamento para o clube e/ou academia, a alimentação fora de casa, contratar serviço doméstico para dispor de mais tempo livre, entre outros.<sup>39</sup>

Há também uma marcada diferença na possibilidade de as pessoas praticarem ou não AFEs a partir da sua condição de gênero. Os dados



confirmam que, desde cedo<sup>40</sup>, existe desproporção nítida de praticantes entre mulheres e homens, sendo o grupo masculino o que tem o maior envolvimento com a prática de AFEs em quase todas as segmentações aqui analisadas. Isso significa que, ainda que essa diferença seja influenciada pela condição socioeconômica, pelo nível educacional e pela idade (quanto mais elevados, menor a discrepância), a desigualdade de gênero é persistente nos mais variados estratos. A conhecida atribuição desigual das tarefas domésticas, consolidada entre as mulheres adultas na forma da dupla jornada de trabalho, bem como uma tradição perversa que coloca em segundo plano o direito desse grupo social de usufruir das mesmas oportunidades de praticar AFEs que a contraparte, ajuda a compreender a origem social dessa diferença<sup>41</sup>.

É também fundamental salientar o quanto está deprimida a participação das pessoas com deficiência nas AFEs. Os dados mostram que o índice de prática desse grupo está entre os

mais baixos de todos os conjuntos de pessoas analisadas. Dificuldades de acesso a espaços adequados, bem como a falta de clareza da população em geral sobre as possibilidades e necessidades dessas pessoas no que diz respeito às AFEs, dificultam fortemente o vínculo desse coletivo com esse universo<sup>42</sup>.

Nesse sentido, entende-se que a análise apresentada neste capítulo pode ser uma ferramenta importante para permitir identificar os grupos que, por condicionamentos sociais atrelados aos diferentes marcadores aqui descritos, necessitam de especial atenção dos agentes promotores da prática de AFEs para a população em geral. Contudo, focar naqueles grupos que estão abaixo da linha que representa a taxa média de praticantes de AFEs no país não significa desconhecer que todos os grupos necessitam ser levados em conta no esforço de conseguir que essas práticas façam parte do cotidiano das pessoas, e sim que essa priorização pode facilitar que contingentes importantes da

sociedade, historicamente excluídos desse (e de outros) direito(s), possam, se assim o desejarem, incorporar às suas vidas a prática de atividades físicas e esportivas.

Em relação ao tipo de AFEs realizadas, percebeu-se que o gênero tem um impacto maior sobre a modalidade praticada que aqueles representados por outros marcadores sociais. Em comparação com os homens, as mulheres envolvem-se menos com esportes, destinando a maior parte de seus esforços a práticas mais próximas dos exercícios físicos. Os homens, ao contrário, preferem modalidades esportivas, notadamente o futebol, embora também se dediquem aos exercícios como forma de melhorar ou manter o condicionamento físico.

Aspecto importante com relação à prática do futebol é sua forte associação com a idade, da mesma forma que a caminhada, mas com tendências inversas. No primeiro, a prática é muito mais comum entre os mais jovens; e na segunda, entre as pessoas de mais idade.

Por haver diferenças tão marcadas pelo gênero, é insuficiente falar de preferências dos setores socioeconômicos sem distinguir homens e mulheres. A análise em separado permite afirmar que o condicionamento pela localização socioeconômica perde força quando se trata do tipo de prática realizada, ainda que seja possível notar tendências associadas a essa condição. Por exemplo, evidenciou-se que os homens pertencentes aos estratos socioeconômicos mais favorecidos têm menos envolvimento com a prática de futebol, dedicando-se mais a outras AFEs, com destaque aos exercícios físicos, mais vinculados à saúde e/ou à melhora ou manutenção do desempenho físico.

Quanto à diversidade de práticas, evidenciou-se que pessoas de setores socioeconômicos mais elevados têm maior envolvimento com exercícios físicos, especialmente aqueles que

demandam investimento financeiro para usar instalações e serviços, como atividades nas academias e nos clubes. A pequena participação dos setores com menor capacidade econômica poderia ser explicada por essa demanda monetária, porém caminhada e corrida – que podem ser praticadas ao ar livre, sem custos – também possuem uma menor adesão das camadas de menor renda. A maior preocupação com a saúde mostrou uma inclinação bastante acentuada no que se refere aos setores com rendimentos mais elevados, quando comparados aos demais.

Entre as mulheres, notou-se que há maior diversidade de AFEs entre as posições mais abastadas, particularmente quando mais jovens. Aquelas dos setores com menos recursos econômicos concentram-se em caminhadas e têm presença reduzida entre as AFEs que envolvem custos, como uma mensalidade.

Além das preferências, homens e mulheres expressam diferenças importantes quanto aos motivos declarados para explicar o envolvimento com AFEs. Na distribuição das justificativas, as mulheres apontam a qualidade de vida ou o bem-estar, a melhora ou manutenção do desempenho físico e os cuidados médicos como principais motivos. Para os homens, diversão é a motivação predominante, seguida da ideia de qualidade de vida ou o bem-estar e da manutenção do desempenho físico.

Outro dado que chamou a atenção é que, entre os mais jovens, o motivo que mais foi levantado para justificar o não envolvimento com a prática de esporte foi não gostar ou não querer praticar AFEs. Ainda que essa tendência necessite ser examinada de modo mais aprofundado em outras pesquisas, o que ela aponta deveria acender uma luz de alerta entre os agentes responsáveis pela promoção das AFEs no país. A ausência de valoração intrínseca da prática de AFEs (o “não gostar”) pode dificultar

ainda mais o engajamento da futura população adulta com esse universo, como consequência do fato de não ter tido a oportunidade de desenvolver suas capacidades nesse campo na juventude o que se refletirá assim na menor probabilidade de as pessoas escolherem a prática de AFEs como parte de sua vida cotidiana.

Finalmente, é importante salientar que, independentemente de as pessoas praticarem ou não AFEs, bem como de pertencerem a um ou outro grupo social, majoritariamente entendem que é necessário que o Estado invista no campo das AFEs. Mais especificamente, investir na vizinhança onde vivem. Entretanto, não é qualquer investimento, trata-se de aplicar recursos nas atividades físicas e esportivas para pessoas em geral, e não para a formação de atletas<sup>43</sup>. Em outras palavras, é possível afirmar que a população compartilha a ideia que é importante que o poder público tenha uma participação ativa na ampliação das possibilidades para que todas as pessoas tenham maior acesso às condições necessárias para poder eleger se incorporam ou não as AFEs à forma de vida que desejam levar.

**independentemente de as pessoas praticarem ou não AFEs, bem como de pertencerem a um ou outro grupo social, majoritariamente entendem que é necessário que o Estado invista no campo das AFEs**



## NOTAS

- 1 Relatório de Desenvolvimento Humano 2016 (UNDP, 2016).
- 2 PNUD, 2017.
- 3 Trata-se de um suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015, com 36 perguntas específicas sobre as práticas de esporte e atividade física (IBGE, 2017).
- 4 A PNS analisou temas de saúde em 1998, 2003, 2008 e 2013. O levantamento de 2013 foi uma pesquisa de base domiciliar, de âmbito nacional, com uma amostra aproximada de 60 mil pessoas adultas (acima de 18 anos) sobre a situação de saúde e os estilos de vida da população brasileira, resultado de uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde (IBGE, 2014).
- 5 A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) é resultado de um convênio celebrado com o Ministério da Saúde e apoio do Ministério da Educação, avalia as características de saúde da população adolescente brasileira e contribui com informações para o Sistema de Vigilância de Fatores de Risco de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, do Ministério da Saúde (IBGE, 2015).
- 6 BOTTENBURG; RIJNEN e STERKENBURG, 2005.
- 7 Compass – Coordinated Monitoring of Participation in Sports –, projeto que tem como objetivo principal procurar acordos entre os países do bloco europeu para monitorar a participação esportiva da população nos diferentes Estados. BRASIL, 2015.
- 9 Perguntas específicas no questionário: 1) No período de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015, \_\_\_ praticou algum esporte no seu tempo livre (fora do horário do trabalho e da Educação Física na escola)? 14) No período de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015, além de todas as atividades de esporte a que \_\_\_ se dedicou, praticou alguma outra que considerava somente como atividade física no seu tempo livre (fora do horário do trabalho e da Educação Física na escola)?
- 10 Pergunta do questionário: P34. Nos últimos três meses, o(a) sr(a) praticou algum tipo de exercício físico ou esporte? (Não considere fisioterapia).
- 11 Pergunta do questionário: Q42. Nos últimos três meses, o(a) sr(a) praticou algum tipo de exercício físico ou esporte?
- 12 Pergunta do questionário: "NOS ÚLTIMOS 7 DIAS, sem contar as aulas de Educação Física da escola, em quantos dias você praticou alguma atividade física, como esportes, dança, ginástica, musculação, lutas ou outra atividade?"
- 13 DIRECTORATE-GENERAL FOR EDUCATION AND CULTURE, 2014.
- 14 SPORT ENGLAND, 2005.
- 15 IBGE, 2017.
- 16 SPORT ENGLAND, 2005.
- 17 No capítulo, adotamos o termo "cor ou raça" utilizado pelo IBGE (2017).
- 18 Tomando como referência o resultado da PNAD 2015 (IBGE, 2017), a média de participação em AFEs é de 37,9%, correspondendo ao valor 100 e as taxas de participação dos grupos considerados foram convertidas em valores proporcionais à média. Por exemplo, a participação de 50% de um determinado grupo populacional é convertida num índice igual a 132 (produto do cálculo:  $50/37,9 * 100$ ) e 20% de participação de outro grupo em 53 ( $20/37,9 * 100$ ).
- 19 Período de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015.
- 20 Foram incluídas pessoas que responderam à pergunta "Em geral, em que grau a deficiência limita as atividades habituais?" nos seguintes níveis: Moderadamente, intensamente ou muito intensamente.
- 21 Diferença relativa, o índice das mulheres (88) deveria crescer 28,4% para alcançar o índice que hoje tem o grupo constituído pelos homens (113).
- 22 Entre outros: SEIPPEL (2015); DEMAREST et al. (2014); CERIN e LESLIE (2008); WARDE (2006); FERRANDO (2006); STEMPPEL (2005); SCHEERDER et al. (2005); WILSON (2002); MARIOVET (2001).
- 23 COLLINS, 2014; GONZÁLEZ, 2013
- 24 Para as pessoas adultas (maiores de 18 anos): 150 minutos de atividades moderadas ou 75 minutos de atividades vigorosas por semana (OMS, 2014).
- 25 Percentual calculado a partir da PNS 2013 (IBGE, 2014).
- 26 Pergunta do questionário: NOS ÚLTIMOS 7 DIAS, sem contar as aulas de Educação Física da escola, em quantos dias você praticou alguma atividade física, como esportes, dança, ginástica, musculação, lutas ou outra atividade? Alternativas de resposta: Nenhum dia nos últimos 7 dias (0 dia); 1 dia nos últimos 7 dias; 2 dias nos últimos 7 dias; 3 dias nos últimos 7 dias; 4 dias nos últimos 7 dias; 5 dias nos últimos 7 dias; 5 dias mais sábado, nos últimos 7 dias; 5 dias mais sábado e domingo, nos últimos 7 dias; Não informado.
- 27 Para calcular o EBS, cada item recebeu um peso que equivaleu ao inverso da frequência de posse ou presença no total da amostra estudada. O escore de cada adolescente foi obtido somando-se os pesos dos respectivos itens. A distribuição do escore foi dividida em quintos, respeitando-se as formações estruturais da amostra, sendo o EBS 5 pertencente ao grupo socioeconômico de renda mais elevada, e EBS 1 ao grupo de renda inferior. PNS 2013 (IBGE, 2014).
- 28 Perguntas e respostas específicas: – P3. Com que frequência \_\_\_ costumava praticar esporte, no período de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015? Alternativas de resposta: 1) Menos de uma vez por mês; 2) Pelo menos uma vez por mês, mas não toda semana; 3) Uma vez por semana; 4) Duas vezes por semana; 5) Três vezes por semana; 6) Quatro a sete vezes por semana. – P4. Nesse período, em quantos meses \_\_\_ praticou esporte com essa frequência? Resposta em meses (de 00 a 12). – P22. Com que frequência \_\_\_ costumava praticar atividade física, no período de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015? Alternativas de resposta: 1) Menos de uma vez por mês; 2) Pelo menos uma vez por mês, mas não toda semana; 3) Uma vez por semana; 4) Duas vezes por semana; 5) Três vezes por semana; 6) Quatro a sete vezes por semana. – P23. Nesse período, em quantos meses \_\_\_ praticou atividade física, com essa frequência? Resposta em meses (de 00 a 12).
- 30 As perguntas foram: P7. Qual foi o (principal) esporte que \_\_\_ praticou, no período de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015? P25. Qual foi a (principal) atividade física que \_\_\_ praticou nesse período?
- 31 Pergunta: P2. Por que motivo (principal) \_\_\_ praticou esporte no período de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015? P21. Por que motivo (principal) \_\_\_ praticou atividade física no período de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015? Alternativas de resposta, para ambas as questões: Por indicação médica; Para melhorar ou manter o desempenho físico; Para melhorar a qualidade da vida ou o bem-estar; Por gostar de competir; Para relaxar ou se divertir; Para socializar encontrando com amigos ou fazendo novas amizades; Outro (especifique).
- 32 P15. Por que motivo \_\_\_ não praticou esporte no seu tempo livre, no período de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015?
- 33 P20. No período de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015, \_\_\_ praticou alguma atividade física, que não considera esporte, no seu tempo livre (fora do horário do trabalho ou da Educação Física na escola)?
- 34 Até ½ salário mínimo –71%; ½ a menos de 1 salário mínimo – 71,8%; 1 a menos de 2 salários mínimos – 74,4%; 2 a menos de 3 salários mínimos – 76,8%; 3 a menos de 5 salários mínimos – 77,8%; 5 salários mínimos ou mais – 78,7%.
- 35 Pergunta: Esse investimento, na vizinhança em que \_\_\_ reside, deveria ser primeiramente: Nas atividades esportivas para formação de atletas; Nas atividades físicas ou esportivas para pessoas em geral; Outra (especifique).
- 36 O restante 0,8% escolheu outra alternativa.
- 37 McNEILL, 2006.
- 38 HASSON et al. (2017). Sobre o tema, recomendamos ler os background papers "AFEs e as cidades", de Simone Rechia; e "AFEs e infraestrutura", de Emanuel Pérciles Salvador.
- 39 O aumento substancial na proporção de praticantes de AFEs entre as mulheres localizadas nos setores socioeconômicos mais altos está também vinculado à possibilidade de contratarem empregados e/ou serviços para realizar o trabalho doméstico (GONZÁLEZ, 2013).
- 40 Nos dados analisados neste capítulo, a partir dos 13 anos de idade. No Capítulo 5 deste relatório, encontra-se uma discussão específica sobre essa problemática no universo de crianças e adolescentes.
- 41 Sobre o tema, recomendamos ler os background papers "AFEs e mulheres no Brasil", de Helena Altmann; e "AFEs e mulheres negras", de Djamila Ribeiro.
- 42 Sobre o tema, recomendamos ler o background paper "AFEs e pessoas com deficiência", de Marcia Greguol.
- 43 Sobre como tem sido a lógica do investimento público no setor das AFEs, sugerimos ler o Capítulo 8 deste relatório, "A estrutura governamental, as leis e o financiamento: o que já está sendo cuidado e o que precisa de atenção".